

1ª FASE - OAB 44

SIMULADO FINAL





Simulado Final OAB 44 1ª Fase – 10/08/2025

Simulado Final OAB

Prova Objetiva

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª Fase do Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Caso você deseje comparar o seu resultado com os demais alunos, faça o simulado diretamente no SQOAB, neste link: <https://oab.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/d4f267b5-37c3-4095-aedb-320c15475001>
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XLI Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! ⇒ O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.



Simulado Final OAB 44 1ª Fase – 10/08/2025

Questão 01.

João concluiu o curso de Direito há dois anos, mas ainda não realizou o Exame da OAB e, portanto, não possui inscrição como advogado. Apesar disso, começou a prestar serviços de assessoria jurídica, elaborando petições e ajuizando ações judiciais em nome de terceiros, mediante remuneração. A conduta de João chegou ao conhecimento da OAB, que instaurou procedimento para apuração dos fatos.

Com base no Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta:

- a) Os atos praticados por João são válidos, pois ele possui formação jurídica e, portanto, está habilitado para exercer a advocacia.
- b) João poderá ser advertido pela OAB, mas seus atos permanecerão válidos enquanto não houver decisão judicial em sentido contrário.
- c) Os atos praticados por João são considerados válidos, mas ele responderá apenas civilmente pelos prejuízos que causar.
- d) São nulos os atos privativos de advogado praticados por pessoa não inscrita na OAB, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas.

Questão 02.

A advogada Mariana, regularmente inscrita na OAB, encontra-se em estado de gravidez e, ao participar de uma audiência, solicitou prioridade na sustentação oral, bem como acesso facilitado às dependências do fórum. Sua colega Fernanda, também advogada, está em fase de amamentação e requereu atendimento prioritário na secretaria da vara onde atua.

Com base no Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a afirmativa correta quanto aos direitos assegurados às advogadas gestantes e lactantes no exercício da profissão:

- a) As prerrogativas da advogada gestante ou lactante aplicam-se até seis meses após o parto, independentemente do período de amamentação.
- b) Os direitos previstos à advogada gestante ou lactante aplicam-se enquanto perdurar, respectivamente, o estado gravídico ou o período de amamentação.

c) Os direitos da advogada gestante ou lactante são condicionados à apresentação de laudo médico que comprove risco gestacional ou à certidão de nascimento do filho.

d) Apenas a advogada gestante tem direito a tratamento diferenciado, sendo a lactante excluída do rol de prerrogativas específicas.

Questão 03.

O advogado Paulo deseja formalizar sua atuação profissional associando-se a duas sociedades unipessoais de advocacia, com o objetivo de prestar serviços jurídicos e participar dos resultados econômicos dessas sociedades, sem que isso configure vínculo empregatício entre as partes.

Considerando as normas aplicáveis do Estatuto da Advocacia e do Regulamento Geral da OAB, assinale a afirmativa correta:

- a) O advogado pode associar-se a múltiplas sociedades unipessoais, desde que haja vínculo empregatício comprovado entre ele e as sociedades.
- b) O advogado está impedido de associar-se a mais de uma sociedade de advocacia ao mesmo tempo, sob pena de infringir a legislação profissional, o que poderá acarretar sanções disciplinares previstas no Estatuto da Advocacia e no Código de Ética da OAB, incluindo advertência, suspensão ou até exclusão dos quadros da Ordem, além de possíveis prejuízos à sua reputação e à validade dos atos profissionais praticados.
- c) O advogado poderá associar-se a uma ou mais sociedades de advogados ou sociedades unipessoais, sem que estejam presentes os requisitos legais de vínculo empregatício, para prestação de serviços e participação nos resultados, na forma do Regulamento Geral e de Provimentos do Conselho Federal da OAB.
- d) O advogado somente pode associar-se a uma única sociedade de advocacia, sendo vedada a associação simultânea a outras sociedades ou escritórios.



Simulado Final OAB 44 1ª Fase – 10/08/2025

Questão 04.

A advogada Camila, que atua em um escritório de advocacia, passou a relatar episódios frequentes de tratamento vexatório, humilhações e comentários ofensivos por parte de um colega (também advogado), que incluíam insinuações de cunho sexual e atitudes discriminatórias relacionadas à sua idade e gênero. Sentindo-se prejudicada, Camila decidiu levar o caso à Comissão de Ética da OAB, requerendo providências cabíveis.

Com base no Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei nº 8.906/1994), assinale a alternativa correta quanto às condutas praticadas pelo advogado que afrontam os deveres éticos e constituem infração disciplinar:

- a) Constitui infração disciplinar apenas o assédio sexual comprovado, cabendo ao advogado responder exclusivamente na esfera criminal.
- b) Constitui infração disciplinar praticar assédio moral, assédio sexual ou discriminação.
- c) O Estatuto da Advocacia não tipifica expressamente o assédio moral e a discriminação como infrações disciplinares, sendo cabível apenas ação judicial.
- d) A responsabilização por assédio e discriminação compete exclusivamente à Justiça comum, não sendo matéria para o Conselho de Ética da OAB.

Questão 05.

Durante o processo de inscrição e atualização cadastral dos advogados, os Conselhos Seccionais da OAB desempenham papel fundamental no registro e manutenção das informações profissionais dos inscritos. Com a crescente digitalização dos serviços, o sistema eletrônico do Cadastro Nacional dos Advogados (CNA) é constantemente alimentado com dados precisos para garantir a confiabilidade e transparência das informações.

Considerando o papel dos Conselhos Seccionais da OAB na gestão do CNA e com base no Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a alternativa correta:

- a) Os Conselhos Seccionais são responsáveis por alimentar o CNA apenas mediante solicitação do Conselho Federal da OAB.

b) O Conselho Federal da OAB é o único responsável por manter o Cadastro Nacional dos Advogados atualizado.

c) Aos Conselhos Seccionais da OAB incumbe alimentar, automaticamente, por via eletrônica, o Cadastro Nacional dos Advogados – CNA, mantendo as informações correspondentes constantemente atualizadas.

d) O Cadastro Nacional dos Advogados é atualizado apenas anualmente pelos Conselhos Seccionais da OAB.

Questão 06.

A advogada Mariana foi contratada para atuar em um caso sensível envolvendo informações confidenciais de seu cliente. Durante o atendimento, seu cliente confidenciou dados estratégicos que poderiam comprometer sua defesa caso fossem divulgados. Mesmo sem qualquer pedido expresso de reserva por parte do cliente, Mariana está com receio se deve ou não guardar o sigilo dessas informações.

Com base no Código de Ética e Disciplina, assinale a alternativa correta acerca do sigilo profissional do advogado:

- a) O sigilo profissional é de ordem pública, independendo de solicitação de reserva que lhe seja feita pelo cliente, e as comunicações entre advogado e cliente presumem-se confidenciais.
- b) O sigilo profissional é facultativo, dependendo da natureza do caso e do entendimento do advogado.
- c) O sigilo profissional só é obrigatório quando o cliente expressamente solicitar que suas informações sejam mantidas em reserva.
- d) O sigilo profissional aplica-se somente às comunicações relacionadas a processos judiciais, não abrangendo conversas extrajudiciais.



Simulado Final OAB 44 1ª Fase – 10/08/2025

Questão 07.

O advogado André possui uma coluna semanal em um jornal de grande circulação, onde aborda temas jurídicos atuais, esclarece dúvidas comuns do público e comenta decisões importantes da justiça. Apesar de desejar ampliar sua clientela e consolidar sua reputação, André sabe que deve respeitar os limites éticos impostos pela OAB na divulgação de seus textos para não ferir o Código de Ética e Disciplina.

Considerando o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a alternativa correta sobre os limites éticos na divulgação de textos e colunas por advogados nos meios de comunicação social:

- a) O advogado pode utilizar a coluna para convidar leitores a ajuizarem ações, desde que com cuidado para não configurar captação abusiva de clientela.
- b) A coluna pode conter sugestões de litígios e ofertas diretas de serviços advocatícios para atrair clientes.
- c) As colunas ou textos divulgados pelo advogado não devem induzir o leitor a litigar nem promover captação de clientela.
- d) É permitido ao advogado usar os meios de comunicação social para publicidade explícita de seus serviços, incluindo convite para ações judiciais.

Questão 08.

Carlos está prestes a iniciar seu estágio jurídico em um renomado escritório de advocacia e acaba de receber seu cartão de identidade de estagiário da OAB. Ele percebe que o cartão possui um formato semelhante ao do advogado, mas com algumas diferenças específicas. Carlos deseja entender melhor quais são as regras aplicáveis ao cartão de identidade de estagiário, especialmente quanto ao modelo, informações constantes e prazo de validade.

Com base no Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB (RGEAOAB), assinale a alternativa correta sobre o cartão de identidade do estagiário de advocacia:

- a) O cartão de identidade do estagiário pode ter formato e conteúdo diferentes do cartão do advogado, desde que contenha foto e nome.

- b) O cartão de identidade do estagiário pode ser prorrogado por até cinco anos, conforme decisão do Conselho Seccional.

- c) O cartão de identidade do estagiário não precisa indicar prazo de validade, pois é válido enquanto durar o estágio.

- d) O cartão de identidade do estagiário tem o mesmo modelo e conteúdo do cartão do advogado, com a indicação de “Identidade de Estagiário” em destaque, e prazo de validade não superior a três anos, sem possibilidade de prorrogação.

Questão 09.

Com base na teoria deontológica de justiça em Immanuel, assinale a alternativa correta:

- a) A justiça consiste em assegurar a maior felicidade para o maior número, devendo o Direito maximizar as consequências benéficas de suas normas.

- b) A moralidade é heterônoma, pois depende da adequação do agir a valores sociais compartilhados.

- c) O Direito deriva da experiência histórica dos povos, sendo resultado contingente das tradições e costumes consagrados pelo tempo.

- d) O imperativo categórico impõe que se aja de forma a considerar a humanidade sempre como fim, jamais como meio, o que implica limites normativos à instrumentalização das pessoas.

Questão 10.

A democracia contemporânea é objeto de múltiplas interpretações na teoria política. Modelos procedimentais, substanciais e deliberativos disputam o sentido da legitimidade democrática e da relação entre representação e participação. Com base nessas correntes, assinale a alternativa correta:

- a) A concepção deliberativa de democracia desconsidera os processos de formação da opinião pública.

- b) O modelo liberal-procedimental de democracia tem como centro a deliberação pública entre cidadãos iguais e racionais, visando consensos justificados moralmente.

- c) A democracia participativa enfatiza mecanismos de consulta direta da população, questionando o papel das instituições representativas como canais de decisão.



Simulado Final OAB 44 1ª Fase – 10/08/2025

d) A teoria deliberativa sustenta que a legitimidade das normas depende da participação discursiva dos afetados em condições de igualdade e ausência de coerção.

Questão 11.

Paula foi eleita governadora do Estado Alfa. Antes mesmo de registrar sua candidatura, havia sido aprovada em um concurso público para analista estadual. Após tomar posse como chefe do Executivo estadual, seu nome foi chamado para nomeação no cargo público. Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- a) Paula poderá ser nomeada e iniciar o exercício das funções públicas acumuladas com o mandato eletivo.
- b) A nomeação de Paula para o cargo público será considerada nula, mesmo tendo sido aprovada antes do mandato.
- c) Paula poderá tomar posse no cargo público, mas ficará impedida de exercê-lo enquanto durar seu mandato como governadora.
- d) A nomeação só poderá ocorrer após o término do mandato eletivo, sob pena de perda da função pública.

Questão 12.

Durante o processo legislativo estadual, um deputado apresentou emenda a um projeto de lei de iniciativa do Governador Jorginho, ampliando os gastos originalmente previstos. A norma foi aprovada com essa emenda e, mesmo ciente da alteração, o chefe do Executivo sancionou o texto. Com base na Constituição Federal e na jurisprudência do STF, é correto afirmar:

- a) A norma é inconstitucional, pois emenda que provoque aumento de despesa viola a reserva de iniciativa, ainda que haja sanção do Governador.
- b) A sanção do Governador convalida qualquer vício formal, tornando a norma plenamente válida.
- c) A norma é válida, pois o Legislativo pode alterar livremente projetos de iniciativa privativa.
- d) A norma é inválida apenas se for questionada judicialmente, não havendo vício enquanto não houver decisão judicial do Supremo Tribunal Federal.

Questão 13.

Um grupo de cidadãos, insatisfeito com os rumos políticos de sua região, decidiu fundar um novo partido político para disputar eleições futuras. Procuraram então orientação jurídica sobre os passos formais para dar início ao processo. Com base no texto constitucional, assinale a alternativa correta:

- a) A criação de partidos políticos exige a aquisição de personalidade jurídica conforme a lei civil, com posterior registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.
- b) O partido político adquire personalidade jurídica diretamente com o registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.
- c) O reconhecimento do partido pelo TSE é suficiente para garantir sua personalidade jurídica, sendo a filiação partidária uma faculdade do candidato.
- d) Basta a constituição civil do partido e a comunicação ao TSE para início de suas atividades, sendo a filiação partidária dispensável para a elegibilidade.

Questão 14.

Carlos, aposentado e residente do Município GAMA, tentou se inscrever em um programa de assistência municipal, mas foi informado de que não atendia aos requisitos. Ao solicitar cópia do seu cadastro, percebeu que havia informações equivocadas, especialmente em relação à sua idade.

Procurou a Prefeitura para pedir a correção dos dados, mas teve o requerimento negado com a justificativa de que seus pedidos não seriam analisados por orientação política interna. Recorreu administrativamente, mas a resposta foi mantida pelo próprio Prefeito.

Considerando a situação descrita, é correto afirmar que a medida constitucional mais adequada para assegurar o direito de Pedro é:

- a) a ação direta de inconstitucionalidade.
- b) o mandado de segurança.
- c) a reclamação constitucional.
- d) o habeas data.



Simulado Final OAB 44 1ª Fase – 10/08/2025

Questão 15.

Diante de uma situação de calamidade pública de grandes proporções, afetando seriamente a ordem e a paz social em parte do território nacional, o Presidente da República, após ouvir os Conselhos da República e de Defesa Nacional, decidiu decretar o Estado de Defesa.

Com base nas normas constitucionais sobre a defesa do Estado e das instituições democráticas, é correto afirmar que:

- a) A prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada em até 48h ao juiz competente, que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial.
- b) Durante o Estado de Defesa, é vedada qualquer prisão por prazo superior a 10 dias, ainda que com autorização judicial.
- c) A incomunicabilidade do preso é permitida, desde que devidamente fundamentada pela autoridade competente.
- d) A autoridade responsável pela prisão deve comunicar o fato, acompanhando obrigatoriamente a declaração médica sobre o estado físico e psicológico do detido.

Questão 16.

Durante uma aula sobre controle de constitucionalidade, a professora Joana propôs o seguinte desafio aos alunos: “Imagine que uma lei federal recente seja considerada inconstitucional por Ação Direta de Inconstitucionalidade iniciada por um partido político com representação no Congresso.”

Com base nessa situação e no que dispõe o art. 103 da CRFB/88, assinale a alternativa que aponta outro sujeito legitimado a propor Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI ou Ação Declaratória de Constitucionalidade - ADC:

- a) Vice-presidente da República
- b) Mesa do Senado Federal
- c) Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito regional.
- d) Vice-governador

Questão 17.

Durante uma visita a um estabelecimento prisional estadual, uma comissão de direitos humanos apurou que vários presos estavam sendo submetidos, sistematicamente, a agressões físicas por parte de agentes públicos como forma de punição disciplinar, em ambiente isolado, sem registro formal do procedimento. Constatou-se, ainda, que os laudos médicos produzidos no momento da entrada dos presos indicavam lesões compatíveis com violência, mas que não eram objeto de investigação. O Ministério Público foi acionado, e, após diligências, denunciou alguns dos envolvidos por crime de tortura. À luz dos tratados internacionais de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil, da Lei nº 9.455/1997 (Lei de Tortura), da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal e da doutrina majoritária, assinale a alternativa correta:

- a) Os atos descritos não caracterizam crime de tortura, mas sim abuso de autoridade, pois se tratam de medidas disciplinares adotadas no âmbito prisional, sendo vedada a dupla imputação pelo mesmo fato.
- b) Ainda que se trate de agentes públicos, o crime de tortura somente se configura se houver dolo específico de obtenção de confissão, informação ou declaração da vítima.
- c) Os atos descritos configuram crime de tortura, pois o uso da violência como forma de castigo pessoal por agente público contra pessoa sob sua guarda ou custódia é tipificado como tal, sendo inafiançável.
- d) Embora os fatos possam configurar tortura, a responsabilização do agente público dependerá de processo administrativo prévio que declare a ilicitude da conduta, conforme exigência do Pacto de San José da Costa Rica.

Questão 18.

Um advogado é contratado por uma organização de defesa de povos indígenas para avaliar estratégias jurídicas em face de graves violações de direitos humanos praticadas por agentes estatais em uma região de fronteira. Os abusos incluem expulsões forçadas, violência policial sistemática e omissão deliberada do Estado quanto ao acesso a serviços básicos. O advogado propõe que, paralelamente às medidas judiciais internas, a entidade recorra a mecanismos internacionais, visando



Simulado Final OAB 44 1ª Fase – 10/08/2025

responsabilização e recomendação de reparação por instâncias multilaterais. No contexto do Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos, tal estratégia corresponde ao acionamento de mecanismos de monitoramento multilateral, que se caracterizam por:

- a) Possuírem natureza eminentemente jurisdicional, com decisões vinculantes, aplicáveis diretamente aos Estados-membros, sem necessidade de ratificação prévia dos tratados respectivos.
- b) Serem mecanismos exclusivamente vinculados à Organização das Nações Unidas (ONU), atuando com base em relatorias especiais e procedimentos contenciosos sob o controle do Conselho de Segurança.
- c) Permitirem o exame de situações de violação de direitos humanos por meio de relatórios periódicos, comunicações individuais ou interestatais, observações finais e visitas in loco, integrando o sistema de órgãos convencionais e extraconvencionais.
- d) Serem instrumentos unicamente subsidiários e políticos, sem base jurídica nos tratados internacionais, voltados apenas à produção de estatísticas e análises acadêmicas sobre o desempenho dos Estados.

Questão 19.

Durante o processo eleitoral para o cargo de chefe do Poder Executivo em determinado município, Clara teve seu pedido de registro de candidatura deferido regularmente pela Justiça Eleitoral, sem qualquer oposição formal.

Concluída a votação, Clara foi eleita e teve sua vitória proclamada. Entretanto, poucos dias após o anúncio oficial do resultado, a candidata derrotada, Helena, tomou conhecimento de que Clara não possuía domicílio eleitoral na respectiva circunscrição, fato não detectado durante a fase de registro.

Diante da situação, Helena procurou assistência jurídica, a fim de saber se ainda seria possível contestar a validade do mandato obtido por Clara, com base na possível irregularidade.

Considerando o caso narrado, assinale a alternativa correta:

- a) A questão da deveria ter sido suscitada na fase de registro, estando atualmente preclusa.

b) Ainda que o registro tenha sido deferido, é cabível recurso contra a expedição do diploma, diante da falta do cumprimento da condição de elegibilidade.

c) A única via possível seria a Ação de Impugnação de Registro de Candidatura, que não pode mais ser ajuizada após a diplomação.

d) Eventual nulidade deve ser arguida exclusivamente mediante petição dirigida à Mesa Diretora da Câmara Municipal, após a posse.

Questão 20.

Lucas, Senador da República, vinha sendo cotado para tentar a reeleição. Embora tivesse boa aprovação no desempenho de seu mandato, parte expressiva de seu próprio partido não apoiava sua recondução ao cargo. Durante a convenção partidária, realizada para definição das candidaturas, Lucas não obteve a aprovação necessária e, por isso, não foi indicado para disputar novamente o cargo Senador. Inconformado, ele decidiu buscar orientação jurídica.

Sobre a situação narrada, assinale a alternativa correta:

a) Como Lucas já é titular de mandato atualmente, tem direito subjetivo à candidatura e deve ser registrado como candidato.

b) A decisão tomada em convenção é válida, desde que tenha sido aprovada por maioria absoluta dos presentes.

c) Os partidos políticos possuem autonomia para definir seus candidatos, desde que respeitadas as regras legais pertinentes.

d) Lucas pode, mesmo sem aprovação da convenção partidária, requerer pessoalmente seu registro de candidatura.

Questão 21.

Durante uma audiência pública sobre a incorporação de normas internacionais em matéria de mudanças climáticas e proteção de povos tradicionais, um especialista em Direito Internacional destacou que o sistema internacional não pode ser compreendido apenas sob uma ótica normativa ou estatal, mas exige uma abordagem que reconheça a centralidade dos sujeitos sociais, dos atores transnacionais e das transformações culturais que ultrapassam as fronteiras



Simulado Final OAB 44 1ª Fase – 10/08/2025

formais dos Estados. Ao tratar dos princípios sociológicos do Direito Internacional, o especialista referia-se:

- a) À necessidade de que todos os tratados internacionais sejam interpretados segundo a vontade soberana dos Estados signatários, sem influência de fatores culturais, sociais ou históricos externos ao texto normativo.
- b) À perspectiva segundo a qual o Direito Internacional deve incorporar os elementos estruturais da convivência humana e da organização da sociedade global, reconhecendo a existência de dinâmicas sociais que influenciam a formação, a aplicação e a transformação do próprio direito.
- c) À visão segundo a qual o Direito Internacional se limita a reger relações entre Estados soberanos, sem interferir em realidades sociais internas ou reconhecer atores que não sejam sujeitos plenos de soberania.
- d) À abordagem formalista que sustenta que as normas internacionais derivam exclusivamente das fontes positivadas nos tratados e costumes, não havendo espaço para categorias sociais ou para fenômenos históricos não codificados.

Questão 22.

A Organização Internacional XYZ, composta por 193 Estados-membros, recebeu pedido formal de um de seus órgãos para instaurar uma investigação sobre alegadas violações sistemáticas de direitos humanos no Estado Delta. O pedido foi apresentado por iniciativa de diversos membros da sociedade civil internacional e apoiado por um relatório preliminar de um grupo de especialistas independentes credenciados. O Estado Delta, por sua vez, afirmou que a organização estaria extrapolando suas competências, uma vez que não há consenso entre os Estados-membros e que não autorizou a presença de missões investigativas em seu território. O Estado Gama, por outro lado, sustentou que a atuação da organização é legítima, especialmente diante de cláusulas do tratado constitutivo que preveem ação autônoma de certos órgãos, ainda que sem unanimidade, em situações de grave ameaça à paz e à dignidade humana. Com base na doutrina dominante, nos tratados internacionais e na prática das organizações internacionais contemporâneas, assinale a alternativa correta:

- a) A atuação da organização internacional é inválida, pois somente os Estados-membros podem autorizar missões

investigativas, sendo indispensável a unanimidade dos membros plenos para qualquer ação em território soberano.

- b) A organização internacional, enquanto sujeito de Direito Internacional, só pode atuar quando o Estado investigado autorizar formalmente a entrada em seu território, não sendo possível impor decisões sem o seu consentimento expresso, ainda que haja cláusula autorizativa no tratado constitutivo.

- c) A validade da atuação da organização depende exclusivamente da manifestação do Conselho de Segurança ou de um tribunal internacional, pois nenhuma organização tem poderes autônomos fora desses canais.

- d) A organização internacional pode exercer poderes próprios e derivados do tratado constitutivo, inclusive atuar sem unanimidade dos Estados-membros, desde que nos limites de suas atribuições institucionais, especialmente em temas como direitos humanos e segurança coletiva, conforme previsto no seu ato constitutivo.

Questão 23.

Durante o segundo quadrimestre do exercício financeiro, a Secretaria da Fazenda do Estado Alfa identificou, por meio do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), que a receita realizada estava 10% abaixo da estimativa constante da Lei Orçamentária Anual. Apesar do desequilíbrio, o Poder Executivo decidiu manter todas as dotações orçamentárias e continuar executando todos os programas normalmente, independentemente de suas naturezas, alegando que a frustração de receita poderia ser compensada no último quadrimestre. Com base na LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que:

- a) A manutenção das dotações e execução dos programas são legítimas, pois a LRF exige medidas corretivas apenas no encerramento do exercício fiscal.

- b) A LRF autoriza a execução integral da despesa, mesmo diante de queda na arrecadação, desde que haja superávit financeiro no exercício posterior.

- c) É obrigatória a limitação de empenho e de movimentação financeira, de forma proporcional, para todos os Poderes e órgãos, exceto para os tipos de despesas que a própria LRF excepciona.



Simulado Final OAB 44 1ª Fase – 10/08/2025

d) O Poder Executivo tem discricionariedade para decidir sobre o contingenciamento de qualquer despesa, independentemente dos dados do RREO.

Questão 24.

No início do exercício financeiro de 2025, em 3 de janeiro, o Município de São Joaquim enfrentava dificuldades de caixa e decidiu contratar operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO) junto a uma instituição financeira estatal. O objetivo do Prefeito, que estava no primeiro ano de seu mandato, era antecipar parte da arrecadação do ISS prevista para o exercício. Sobre a hipótese, é correto afirmar, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, que:

- a) A operação de crédito por ARO dispensa qualquer vinculação à receita específica e pode ser contratada de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada exercício.
- b) A operação de crédito por ARO deve ser quitada até 31 de dezembro do exercício financeiro em que contratada, podendo excepcionalmente ultrapassar o mandato do titular do Poder Executivo, quando será inscrita em restos a pagar.
- c) A operação de crédito por ARO exige prévia aprovação legislativa específica para cada contratação, com base exclusivamente no PPA, e pode ser contratada enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada.
- d) A operação de crédito por ARO somente pode ocorrer se estiver prevista na LOA, em lei referente a créditos adicionais ou em lei específica, e se for quitada integralmente até o dia 10 de dezembro do exercício em que contratada.

Questão 25.

A pessoa jurídica Transporta Rápido Ltda., especializada na prestação de serviço de transporte, foi contratada para realizar o transporte de determinados objetos, que serão por ela retirados no Município Alfa e entregues no Município Beta, ambos localizados no Estado Gama. Sobre a prestação onerosa desse serviço de transporte, deve incidir:

- a) O ISSQN, devido ao Município Alfa.
- b) O ISSQN, devido ao Município Beta.

c) O ICMS, devido ao Município de início da prestação do serviço.

d) O ICMS, devido ao Estado Gama.

Questão 26.

A pessoa jurídica Alfa teve sua falência decretada. No momento dessa decretação ela possuía os seguintes débitos pendentes de pagamento: débitos com os sócios da massa falida; débitos tributários relativos ao IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica; débitos decorrentes da legislação do trabalho, no valor de até 150 salários mínimos por credor; e débito decorrente da hipoteca sobre o seu imóvel, correspondente ao valor do bem gravado. Com base nessas informações, é correto afirmar, quanto à ordem de preferência estabelecida no CTN, que o débito tributário referente ao IRPJ deve ser pago em:

- a) Primeiro lugar.
- b) Segundo lugar.
- c) Terceiro lugar.
- d) Quarto lugar.

Questão 27.

O Estado Gama publicou uma lei que altera a data de vencimento e recolhimento do IPVA. Essa lei foi publicada no mês de janeiro do presente exercício, prescrevendo sua aplicabilidade imediata, a partir da data da sua publicação. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) A lei é inconstitucional, pois a data de vencimento do IPVA é fixada em Lei Complementar de âmbito nacional, não podendo os Estados fixar data distinta.
- b) A lei é inconstitucional, pois não respeitou o princípio da anterioridade anual.
- c) A lei é inconstitucional, pois não respeitou o princípio da anterioridade nonagesimal.
- d) A lei é constitucional, não se sujeitando aos princípios da anterioridade.



Simulado Final OAB 44 1ª Fase – 10/08/2025

Questão 28.

A União, diante de grave desastre natural que atingiu alguns estados da Região Sul do país e que ocasionou, por consequência, a necessidade de aporte de vultuosos recursos públicos federais para a reconstrução das áreas afetadas, editou uma Medida Provisória instituindo Empréstimo Compulsório, vinculando a aplicação dos recursos arrecadados à despesa extraordinária que fundamentou sua instituição. Com base na hipótese, é correto afirmar que tal tributo é inconstitucional, pois:

- a) O Empréstimo Compulsório não pode ser instituído para atender às despesas extraordinárias decorrentes de calamidade pública.
- b) O Empréstimo Compulsório só pode ser instituído por meio de Lei Complementar.
- c) O produto da arrecadação do Empréstimo Compulsório não pode ser vinculado a qualquer despesa.
- d) A União não detém competência tributária para instituir Empréstimo Compulsório.

Questão 29.

A pessoa jurídica XYZ está sofrendo um processo de execução fiscal ajuizada pelo Estado Alfa. Visando opor Embargos à Execução Fiscal, a contribuinte ofereceu fiança bancária para garantir a execução, correspondente ao valor atualizado da dívida e de todos os demais encargos indicados na CDA - Certidão de Dívida Ativa. O Juiz da execução, por meio de publicação no órgão oficial, intimou o Estado exequente a se manifestar quanto à garantia oferecida pela executada. Contudo, o Procurador do Estado deixou de se manifestar no prazo que lhe foi concedido. Sobre a situação narrada, é correto afirmar que:

- a) A fiança bancária não pode ser oferecida para garantir a execução fiscal e a intimação do Estado por meio de publicação no órgão da imprensa oficial foi regular.
- b) A fiança bancária pode ser oferecida para garantir a execução fiscal e a intimação do Estado por meio de publicação no órgão da imprensa oficial foi regular.
- c) A fiança bancária não pode ser oferecida para garantir a execução fiscal e a intimação do Estado por meio de publicação no órgão da imprensa oficial foi irregular, pois qualquer intimação ao representante judicial da Fazenda

Pública deve ser feita por meio de carta registrada com aviso de recebimento.

- d) A fiança bancária pode ser oferecida para garantir a execução fiscal, porém, na execução fiscal, qualquer intimação ao representante judicial da Fazenda Pública deve ser feita pessoalmente.

Questão 30.

O Município de Flor do Vale integra um consórcio público intermunicipal voltado à gestão integrada de resíduos sólidos. Em reunião para planejamento orçamentário, surgiu dúvida sobre as regras que envolvem o contrato de rateio previsto na Lei nº 11.107/2005.

Nesse cenário, assinale a alternativa correta:

- a) O contrato de rateio poderá ultrapassar o exercício financeiro quando houver dotação específica aprovada na lei orçamentária do ente consorciado, independentemente de previsão em plano plurianual.
- b) A falta de previsão orçamentária no município consorciado para cumprir obrigações assumidas em contrato de rateio enseja, inicialmente, advertência e multa administrativa.
- c) O contrato de rateio será formalizado a cada exercício financeiro e seu prazo não poderá exceder o das dotações que o suportam, salvo se destinado exclusivamente a programas e ações incluídos no plano plurianual.
- d) Apenas o consórcio público poderá ajuizar ação para exigir o cumprimento de obrigações previstas no contrato de rateio, sendo vedada a atuação judicial isolada dos entes consorciados.

Questão 31.

Durante o processo judicial de desapropriação de um imóvel urbano declarado de utilidade pública para a construção de uma escola técnica, foi constatado, por meio de laudo pericial, que o valor real do bem era superior ao valor inicialmente depositado pelo Poder Público.

Nessa hipótese, conforme o disposto no Decreto-Lei nº 3.365/1941, é correto afirmar que:

- a) Se houver discordância do expropriado quanto ao valor, ele poderá levantar até 80% do depósito inicial, e



Simulado Final OAB 44 1ª Fase – 10/08/2025

o valor remanescente deverá ser complementado por meio de depósito judicial.

b) A complementação da indenização dependerá de nova avaliação administrativa e autorização legislativa específica para fins orçamentários.

c) O Poder Público não está obrigado a complementar o valor da indenização se o expropriado já tiver levantado qualquer parte do valor inicialmente depositado.

d) A diferença entre os valores poderá ser convertida em prestação de serviço público equivalente, com autorização do proprietário, nos termos do princípio da economicidade.

Questão 32.

Após apuração em processo administrativo regular, a Administração Pública estadual iniciou os trâmites para aplicar à empresa Alfa a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o poder público, conforme prevê a Lei nº 14.133/2021.

Considerando a legislação vigente, é correto afirmar que:

a) A sanção de declaração de inidoneidade impede a empresa sancionada de contratar apenas com o ente federativo responsável pela aplicação da penalidade, e não com os demais.

b) Essa penalidade é aplicável por prazo máximo de 6 anos e atinge todos os entes da Administração Pública direta e indireta, em qualquer esfera.

c) Caso a empresa deseje impugnar a penalidade, poderá interpor recurso hierárquico no prazo de 10 dias.

d) A penalidade de declaração de inidoneidade é definitiva e não admite reabilitação posterior, ainda que a empresa repare os danos causados.

Questão 33.

A Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), estabelece regras para garantir o direito de acesso às informações públicas por parte dos cidadãos, reforçando os princípios da Administração Pública.

Com base nessa legislação, assinale a alternativa que apresenta uma diretriz expressamente prevista na referida lei:

a) Observância da transparência como princípio geral e do sigilo como medida excepcional, quando houver interesse do Estado.

b) Divulgação de informações de interesse particular, mesmo quando não houver solicitação prévia.

c) Gestão transparente da informação como instrumento exclusivo de controle interno da Administração.

d) Desenvolvimento do controle social da administração pública como forma de fortalecer a participação cidadã.

Questão 34.

João, servidor público federal estável, foi aposentado por invalidez. Anos depois, retornou ao serviço ativo após ser declarado apto por junta médica oficial. No mesmo período, Matheus, também servidor público federal estável, reassumiu seu cargo no Ministério da Cultura em virtude da anulação judicial de sua demissão.

Considerando as formas de provimento previstas na Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar que:

a) No caso de João, houve recondução; no caso de Matheus, houve reintegração.

b) No caso de João, houve reversão; no caso de Matheus, houve reintegração.

c) No caso de João, houve reversão; no caso de Matheus, houve readaptação.

d) No caso de João, houve reintegração; no caso de Matheus, houve recondução.

Questão 35.

A empresa Mineradora XYZ Ltda. iniciou suas atividades de extração mineral em área de preservação permanente sem a devida licença ambiental. Após cinco anos de operação ininterrupta, o órgão ambiental competente tomou conhecimento da irregularidade e determinou a imediata paralisação das atividades, bem como a recuperação da área degradada. A empresa, por meio de sua defesa, alegou que a aplicação da teoria do fato consumado seria cabível no caso, considerando o tempo decorrido, os investimentos realizados e os impactos socioeconômicos que a paralisação causaria à comunidade local.

Considerando a situação apresentada e os princípios do Direito Ambiental, assinale a alternativa correta:



Simulado Final OAB 44 1ª Fase – 10/08/2025

a) A teoria do fato consumado deve ser aplicada, tendo em vista o princípio da segurança jurídica e os investimentos de boa-fé realizados pela empresa ao longo dos cinco anos de operação.

b) É cabível a aplicação da teoria do fato consumado em matéria ambiental quando demonstrados os requisitos do tempo, da boa-fé e do interesse social, devendo ser ponderados os impactos socioeconômicos da paralisação.

c) A teoria do fato consumado não se aplica em matéria de Direito Ambiental, prevalecendo o princípio da legalidade e o dever constitucional de preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

d) A aplicação da teoria do fato consumado é possível desde que a empresa comprove a impossibilidade técnica de obtenção da licença ambiental à época do início das atividades e assumiu integralmente os custos de recuperação ambiental.

Questão 36.

A empresa Petroquímica Delta Ltda. operava há dez anos sem licença ambiental válida. Durante esse período, o órgão ambiental estadual competente, apesar de ter conhecimento da situação irregular através de denúncias e relatórios técnicos, não adotou qualquer medida fiscalizatória ou sancionatória contra a empresa. Em decorrência das atividades desenvolvidas sem o devido controle, ocorreu grave contaminação do solo e do lençol freático, causando danos irreversíveis ao ecossistema local. O Ministério Público ajuizou ação civil pública contra a empresa poluidora e contra o Estado, requerendo a condenação solidária de ambos pelos danos ambientais causados, bem como a execução imediata contra o ente público pelos valores necessários à reparação ambiental.

Considerando a responsabilidade civil por danos ambientais e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a alternativa correta:

a) O Estado não pode ser responsabilizado pelos danos ambientais, uma vez que não foi o causador direto da poluição, aplicando-se exclusivamente o princípio do poluidor-pagador em face da empresa.

b) A responsabilidade do Estado é meramente subsidiária, somente podendo ser executado após o esgotamento dos bens da empresa poluidora, não

havendo solidariedade na obrigação de reparar o dano ambiental.

c) A responsabilidade civil da Administração Pública por danos ao meio ambiente, decorrente de sua omissão no dever de fiscalização, é de caráter solidário, mas de execução subsidiária, devendo-se esgotar primeiro o patrimônio do poluidor direto.

d) Há responsabilidade solidária entre o Estado e a empresa, podendo o credor escolher livremente contra qual devedor executar a obrigação, sem qualquer ordem de preferência ou subsidiariedade.

Questão 37.

Carlos, após o falecimento de seu pai, passou a residir, cultivar e manter uma pequena propriedade rural que pertencia ao falecido, mas que ainda não havia sido formalmente partilhada com seus dois irmãos. Durante dez anos, Carlos investiu recursos próprios em melhorias e implementou um sistema de irrigação para aumentar a produtividade do local. Um dos irmãos, inconformado com a permanência de Carlos no imóvel, ingressou com ação possessória, alegando esbulho.

Considerando a situação narrada, assinale a alternativa correta

a) Carlos não possui legitimidade para permanecer no imóvel, pois a posse do bem indiviso só pode ser exercida por todos os herdeiros em conjunto, sendo vedado o exercício exclusivo por apenas um deles.

b) Carlos exerce mera detenção da área rural, não sendo possível reconhecer sua posse, por ausência de animus.

c) Carlos é possuidor direto do imóvel e pode exercer a posse de forma exclusiva, inclusive defendê-la contra terceiros ou mesmo contra outro compossuidor.

d) Carlos exerce posse precária, uma vez que sua permanência no imóvel depende da anuência dos demais herdeiros, ainda que silenciosa.



Simulado Final OAB 44 1ª Fase – 10/08/2025

Questão 38.

Ana contratou os serviços de uma empresa de recreação infantil para animar a festa de aniversário de seu filho. Durante o evento, um dos animadores, sem cautela, empurrou acidentalmente uma criança enquanto brincava, causando-lhe uma fratura no braço. Os pais da criança lesionada ajuizaram ação de indenização contra a empresa de recreação, que, por sua vez, alegou que o animador agiu de forma isolada e sem autorização para realizar aquela brincadeira.

Com base na situação apresentada, assinale a alternativa correta

- a) A empresa contratada não pode ser responsabilizada, pois não praticou diretamente o ato lesivo e o animador agiu por conta própria.
- b) A empresa responde objetivamente pelo fato do preposto, independentemente de culpa, bastando a comprovação do dano e do nexos com a atividade contratada.
- c) A responsabilidade da empresa é subjetiva e depende da prova de que houve negligência na escolha ou fiscalização do animador.
- d) A empresa responde de forma subsidiária, e somente poderá ser acionada se ficar comprovada a insolvência do animador causador do dano.

Questão 39.

João é proprietário de um grande terreno urbano localizado em área central da cidade. Há mais de cinco anos o imóvel encontra-se totalmente abandonado, sem qualquer utilização, cercado por mato alto e sem edificação. A vizinhança vem sofrendo com o aumento da insegurança e a proliferação de insetos e animais no local. O Município, após notificar João para que desse destinação adequada ao imóvel, iniciou procedimento de aplicação das sanções previstas em lei, alegando descumprimento da função social da propriedade.

Com base nessa situação, assinale a alternativa correta

- a) O direito de propriedade assegura ao titular o uso livre e irrestrito do bem, sendo inconstitucional qualquer sanção imposta pelo poder público que limite esse exercício.

b) A função social é um aspecto meramente ético do direito de propriedade e não pode ser exigida como critério jurídico vinculante para sua limitação.

c) A propriedade urbana deve atender à função social, e o descumprimento pode ensejar a aplicação de sanções previstas no ordenamento, inclusive a perda da propriedade.

d) A função social é aplicável apenas à propriedade rural, motivo pelo qual não se pode impor restrições ao uso da propriedade urbana com base nesse fundamento.

Questão 40.

Luana, proprietária de um apartamento, instituiu usufruto vitalício em favor de sua mãe, dona Clotilde, por escritura pública regularmente registrada. Alguns anos depois, Luana desejou vender o imóvel, mas o comprador desistiu do negócio ao saber da existência do usufruto, por temer não poder utilizar o bem enquanto Clotilde estivesse viva. Inconformada, Luana ajuizou ação pedindo a extinção do usufruto, alegando que, como proprietária plena, deveria ter liberdade para dispor do bem.

Com base nessa situação, assinale a alternativa correta

- a) Luana, como nua-proprietária, pode revogar o usufruto a qualquer tempo, por se tratar de liberalidade unilateral.
- b) O usufruto confere à usuária o direito de habitar o imóvel, mas não impede a venda do bem pela nua-proprietária, ainda que o usufruto se mantenha.
- c) O usufruto só pode ser extinto se houver renúncia expressa da usufrutuária ou sua morte; até lá, a nua-proprietária não pode vender o bem.
- d) A existência do usufruto torna o imóvel juridicamente indisponível, impedindo qualquer tipo de negócio jurídico até sua extinção.



Simulado Final OAB 44 1ª Fase – 10/08/2025

Questão 41.

Tatiane e Marcos decidiram se casar sob o regime da separação convencional de bens. Antes do casamento, celebraram escritura pública de pacto antenupcial, prevendo expressamente que cada um administraria e disporia livremente de seus próprios bens, tanto os atuais quanto os futuros. O pacto foi devidamente registrado. Anos depois, Marcos comprou um imóvel em seu nome exclusivo. Após a separação do casal, Tatiane requereu meação sobre o imóvel, alegando que o bem foi adquirido durante o casamento e, apesar do pacto antenupcial, o bem foi adquirido para ser moradia do casal, devendo, portanto, ser partilhado.

Com base no caso apresentado, assinale a alternativa correta

- a) Tatiane tem direito à meação, pois o imóvel foi adquirido na constância do casamento, o que gera presunção de esforço comum.
- b) Como houve pacto antenupcial, Tatiane somente teria direito à meação se tivesse contribuído diretamente para a aquisição do bem, sendo que a divisão seria em partes iguais, independentemente a proporção da contribuição.
- c) A separação convencional de bens admite meação de bens adquiridos onerosamente durante o casamento, desde que comprovada a colaboração afetiva.
- d) No regime da separação convencional de bens, com pacto antenupcial registrado, não há comunicação de bens adquiridos durante o casamento, salvo disposição contratual em sentido diverso.

Questão 42.

Carlos faleceu sem deixar testamento. Era casado com Helena, sob o regime da comunhão parcial de bens, e deixou dois filhos do casamento. No momento da partilha, Helena alegou que não deveria dividir com os filhos o imóvel adquirido onerosamente durante o casamento, por ser bem comum, e que, além da sua meação, teria também direito à herança. Os filhos discordaram, sustentando que a mãe, por já ter direito à metade do imóvel, não poderia concorrer como herdeira na outra metade.

Com base na situação apresentada, assinale a alternativa correta

- a) Helena tem direito à meação sobre o bem comum e também concorre com os filhos na herança em relação aos bens particulares deixados pelo de cujus.
- b) Helena só tem direito à meação, não podendo figurar como herdeira em concorrência com os filhos, devido ao regime de bens adotado, ainda que existam bens particulares.
- c) Helena não tem direito à meação nem à herança, pois o imóvel era comum e já se comunica integralmente com ela pela comunhão.
- d) Como havia descendentes do falecido, o cônjuge sobrevivente é excluído da sucessão, independentemente do regime de bens.

Questão 43.

Pedro, 15 anos, precisa viajar de São Paulo/SP para Guarulhos/SP para participar de uma competição esportiva. Seus pais não poderão acompanhá-lo, mas seu tio paterno se dispôs a levá-lo. Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta quanto à necessidade de autorização judicial para essa viagem.

- a) É necessária autorização judicial, pois Pedro é menor de 16 anos e viajará para fora da comarca onde reside.
- b) É necessária autorização judicial, pois o tio paterno não é considerado ascendente ou colateral até o terceiro grau.
- c) Não é necessária autorização judicial, pois Guarulhos é comarca contígua à de São Paulo e está na mesma unidade da Federação.
- d) Não é necessária autorização judicial, pois adolescentes a partir de 12 anos podem viajar desacompanhados dos pais para qualquer localidade dentro do estado.



Simulado Final OAB 44 1ª Fase – 10/08/2025

Questão 44.

Carlos, advogado, foi contratado para defender um jovem de 19 anos que, quando tinha 17 anos, praticou ato infracional análogo ao crime de lesão corporal. O procedimento para aplicação de medida socioeducativa ainda está em curso, e o Ministério Público requereu a extinção do processo, alegando que o jovem já atingiu a maioridade penal. Com base na jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa que indica a tese correta a ser sustentada pelo advogado.

- a) A superveniência da maioridade penal não interfere na apuração de ato infracional nem na aplicabilidade de medida socioeducativa em curso, inclusive na liberdade assistida, enquanto não atingida a idade de 21 anos.
- b) A superveniência da maioridade penal extingue automaticamente o procedimento para aplicação de medida socioeducativa, independentemente da fase em que se encontre.
- c) A superveniência da maioridade penal permite a continuidade do procedimento apenas para aplicação de medida socioeducativa de internação, sendo extintas as demais medidas.
- d) A superveniência da maioridade penal transfere a competência para o juízo criminal comum, que deverá aplicar pena de acordo com o Código Penal.

Questão 45.

Durante uma viagem de férias, Larissa visitou uma loja de produtos naturais localizada em um centro turístico. No local, adquiriu um suplemento alimentar cujo rótulo apresentava apenas o nome comercial do produto e o preço, sem menção à composição, possíveis efeitos colaterais ou forma de consumo.

Incomodada com a falta de detalhes, Larissa procurou o Procon local para esclarecer se houve violação ao seu direito à informação.

Diante desse caso e com base no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

- a) O direito à informação é direito básico do consumidor e abrange a exigência de informação adequada sobre quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes, preço e riscos do produto ou serviço.
- b) O dever de informação do fornecedor depende da conduta ativa do consumidor em solicitar os dados

técnicos, sendo esse um dever recíproco previsto no princípio da boa-fé objetiva.

- c) A ausência de dolo ou má-fé na omissão de informações afasta a possibilidade de responsabilização civil objetiva do fornecedor.
- d) A contratação imediata pelo consumidor, mesmo com informações incompletas, presume ciência e anuência tácita quanto aos riscos do produto, afastando qualquer nulidade contratual.

Questão 46.

Durante a compra de um notebook, o consumidor Eduardo foi orientado a assinar dois contratos distintos: um de aquisição do produto com a loja e outro de crédito com uma instituição financeira parceira. Toda a negociação foi conduzida por um atendente da loja, que colheu os dados de Eduardo e providenciou os documentos necessários à liberação do financiamento.

Diante do caso e com base no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

- a) Os contratos celebrados por Eduardo são juridicamente independentes, não havendo qualquer vínculo legal entre o contrato de compra e o contrato de crédito, mesmo se intermediados pela mesma pessoa.
- b) O contrato de fornecimento de produto e o contrato de crédito são considerados conexos, coligados ou interdependentes, pois o fornecedor de crédito utilizou os serviços do fornecedor do produto para a preparação ou conclusão da operação.
- c) O contrato de crédito só será considerado coligado ao contrato de compra e venda se for assinado diretamente com a loja, não se admitindo a intermediação por instituição financeira.
- d) O vínculo entre o contrato de fornecimento e o contrato de crédito só se configura se o consumidor declarar, por escrito, que compreendeu os riscos da operação, especialmente no caso de inadimplemento.



Simulado Final OAB 44 1ª Fase – 10/08/2025

Questão 47.

Carlos, empresário individual, devidamente inscrito na Junta Comercial de seu estado, irá trespassar seu estabelecimento a Paulo. Com relação ao regime jurídico do estabelecimento empresarial, assinale a opção correta.

- a) O adquirente do estabelecimento não responde pelos débitos a ele referentes, anteriores à aquisição, desde que estes estejam devidamente contabilizados no momento da transferência.
- b) A eficácia da alienação do estabelecimento, perante terceiros, depende da averbação no registro do empresário e publicação na imprensa oficial.
- c) O estabelecimento empresarial não pode ser objeto de usufruto.
- d) De acordo com o princípio da livre concorrência, sendo omissos o contrato de trespasse, é lícito ao alienante fazer concorrência ao adquirente do estabelecimento.

Questão 48.

“MÓVEIS TRANSLÚDICOS LTDA.”, empresa produtora e exportadora de móveis sob medida, com sede em Florianópolis, concentra sua atividade econômica em Blumenau, onde se situa o seu principal estabelecimento. No entanto, todos os seus fornecedores e credores têm domicílio em Itajaí. Nesse caso, a competência para decretar a falência da empresa será do juízo de:

- a) Florianópolis ou Itajaí, definindo-se por prevenção.
- b) Blumenau.
- c) Florianópolis.
- d) Itajaí.

Questão 49.

Ricardo, brasileiro, casado sob o regime de comunhão total de bens com Neide, residente e domiciliado em Recife, pretende constituir sociedade empresária com Mário, brasileiro, solteiro, nascido em 2010, residente e domiciliado em São Paulo, para a consecução de compra e venda de produtos alimentícios.

Com relação à hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) Ricardo não pode ser sócio de Mário, por ser casado sob o regime de comunhão universal de bens com Neide, o que, nos moldes legais o impede de exercer a atividade empresarial.
- b) Se o representante ou assistente de Mário for pessoa que, por disposição de lei, não puder exercer atividade de empresário, ele não poderá ser sócio da sociedade.
- c) Mário, por ser incapaz, não poderá exercer a administração da sociedade, porém poderá dela fazer parte desde que seja devidamente representado e o capital social esteja totalmente subscrito e integralizado.
- d) Ricardo, no exercício da atividade empresarial, não poderá gravar de ônus reais os imóveis que integrem o patrimônio da empresa sem a outorga conjugal de Neide.

Questão 50.

A lei de propriedade intelectual tutela as criações do intelecto humano. Dentre essas criações, estão as invenções ou modelos de utilidade, sobre essas sobre as quais, muitas vezes, pendem controvérsias judiciais, é correto afirmar que:

- a) podem incluir os programas de computador em si.
- b) podem consistir em técnicas e métodos operatórios ou cirúrgicos.
- c) bastam atender aos requisitos de novidade e atividade inventiva para serem patenteáveis.
- d) são considerados novos quando não compreendidos no estado da técnica.

Questão 51.

Lúcia, viúva, mãe de cinco filhos pequenos e desempregada, passou a ocupar, desde 20/01/2013, de forma mansa, pacífica e ininterrupta, um terreno rural de 100 m², aparentemente abandonado, localizado em Campo Grande/MS. No local, construiu um cômodo e iniciou atividades agrícolas para subsistência, passando depois a comercializar o excedente da produção. Em 20/02/2019, procurou orientação jurídica e, constatando preencher os requisitos legais, ajuizou ação de usucapião especial rural em 20/03/2019. O pedido veio acompanhado de certidões que comprovaram que ela não possui outro imóvel registrado em seu nome. O



Simulado Final OAB 44 1ª Fase – 10/08/2025

suposto proprietário, Cristóvão, contestou sob o argumento de que Lúcia não juntou certidões negativas de todos os cartórios do país, o que tornaria sua prova incompleta. O juízo acolheu a tese da contestação e julgou improcedente o pedido.

Diante dessa decisão, assinale a alternativa correta quanto à medida processual cabível:

- a) Lúcia deve interpor agravo de instrumento, por se tratar de decisão interlocutória que rejeita pedido de usucapião.
- b) Lúcia deve interpor recurso ordinário, pois a sentença trata de posse em área rural e envolve matéria de direito fundiário, conforme previsão específica do CPC.
- c) Lúcia deve interpor apelação, pois a sentença julgou improcedente o pedido de usucapião, decisão que encerra a fase de conhecimento.
- d) Lúcia deve impetrar mandado de segurança contra a sentença, por se tratar de decisão judicial que ofende direito líquido e certo, não sendo cabível recurso ordinário.

Questão 52.

Pedro sofreu lesões graves em razão de uma agressão praticada por João, o que o afastou do trabalho por 12 meses e o obrigou a custear despesas médicas. Em razão disso, Pedro ajuizou ação de reparação de danos materiais e morais. Ao final, o juízo julgou procedentes ambos os pedidos, fixando R\$ 20.000,00 a título de danos morais e determinando a liquidação posterior dos danos materiais. Transitada em julgado a sentença, Pedro consulta seu advogado sobre a possibilidade de desde logo promover a execução do valor fixado a título de danos morais, mesmo sem a definição ainda da quantia referente aos danos materiais. O advogado, então, responde que a fase de cumprimento de sentença deve ser uma e, portanto, é necessário aguardar a liquidação da parte ilíquida.

Com base no CPC, assinale a alternativa correta:

- a) A resposta do advogado está correta, pois é imprescindível que a sentença seja liquidada por completo para que se inicie a fase de cumprimento.
- b) A resposta do advogado está incorreta, pois Pedro pode promover imediatamente a execução da parte

líquida (danos morais), e a parte ilíquida (danos materiais) será liquidada em autos apartados.

- c) A sentença é inexecutável no estado em que se encontra, devendo Pedro aguardar a liquidação integral para qualquer medida executiva.
- d) A sentença é nula por ausência de fixação do valor devido a título de danos materiais, devendo Pedro interpor embargos de declaração para suprir essa omissão.

Questão 53.

Joana está grávida de Antônio, com quem mantém uma união estável há alguns anos. Para garantir o sustento durante a gestação, eles firmaram um acordo extrajudicial, por escrito, no qual Antônio se comprometeu a pagar mensalmente R\$ 1.000,00 a título de alimentos gestacionais. Após algum tempo, Antônio deixou de cumprir com o pagamento previsto no acordo.

Considerando essa situação, assinale a alternativa correta:

- a) Não é possível a execução do acordo extrajudicial, pois os alimentos gestacionais só podem ser fixados por decisão judicial.
- b) É possível a execução do acordo extrajudicial para cobrança dos alimentos, mas a prisão de Antônio por inadimplência é vedada, visto que se trata de obrigação alimentar durante a gestação.
- c) É possível a execução do acordo extrajudicial para cobrança dos alimentos, e também é possível a prisão de Antônio caso não pague a dívida, conforme prevê o Código de Processo Civil.
- d) A execução é possível, mas a prisão civil somente pode ocorrer se o acordo for homologado judicialmente.

Questão 54.

Davi foi locatário de um imóvel residencial de propriedade de Ricardo, com contrato garantido por fiança prestada por Lucas, que pagou os dois últimos aluguéis em atraso diretamente a Ricardo, obtendo quitação. Davi, no entanto, alega ter quitado os aluguéis e já ajuizou ação declaratória de inexistência de débito contra Ricardo, pendente de julgamento. Lucas ajuizou



Simulado Final OAB 44 1ª Fase – 10/08/2025

ação de cobrança contra Davi, que contestou alegando a existência da ação declaratória.

Sobre a providência cabível do juízo da ação de cobrança diante da existência da ação declaratória pendente, assinale a alternativa correta:

- a) O juízo da ação de cobrança deve suspender o processo até o julgamento da ação declaratória, por se tratar de questão prejudicial externa.
- b) O juízo da ação de cobrança deve declarar a extinção do processo sem julgamento do mérito, por litispendência.
- c) O juízo da ação de cobrança deve prosseguir com o julgamento normalmente, pois não há conexão entre as ações.
- d) O juízo da ação de cobrança deve julgar improcedente o pedido de Lucas, uma vez que já existe ação declaratória pendente.

Questão 55.

A sociedade empresária "B" ajuizou ação de cobrança no foro de seu domicílio contra a sociedade empresária "A", apesar da existência de cláusula contratual que elegeu o foro do domicílio da sociedade "A" para resolução de controvérsias.

Considerando que não há vulnerabilidade entre as partes, assinale a alternativa correta sobre como a sociedade "A" poderá tornar eficaz a cláusula de eleição de foro:

- a) A sociedade A deve, obrigatoriamente, apresentar exceção de incompetência por meio de ação autônoma, sob pena de preclusão.
- b) A sociedade A deve alegar a incompetência relativa do juízo escolhido pelo autor na contestação, conforme previsto no CPC.
- c) A sociedade A não pode alegar incompetência, pois a escolha do foro é meramente orientativa e não vinculante.
- d) A sociedade A deve recorrer ao juízo do foro escolhido para contestar a competência, pois somente cabe discussão após sentença.

Questão 56.

Alex celebrou contrato de financiamento imobiliário com o Banco Brasileiro S/A, assinado pelas partes e duas testemunhas. Devido a dificuldades financeiras, não pagou as prestações, e o banco ajuizou execução por título extrajudicial para cobrar R\$ 75.000,00. Citado, Alex opôs embargos à execução alegando excesso de execução por cobrança indevida de juros e nulidade da cláusula que autoriza o banco a escolher o índice de correção monetária. No entanto, não indicou o valor correto que entende devido. O banco, na impugnação, pediu a rejeição liminar dos embargos por ausência de indicação do valor correto.

A respeito, assinale a alternativa correta:

- a) Os embargos à execução devem ser rejeitados liminarmente, pois o embargante não indicou o valor correto da dívida, requisito essencial para seu processamento.
- b) Os embargos à execução devem ser recebidos e processados, porém a alegação de excesso de execução será analisada somente se o embargante indicar o valor correto na petição inicial.
- c) Os embargos à execução devem ser rejeitados liminarmente, por se tratar de matéria relativa à correção do contrato, que só pode ser discutida em ação autônoma.
- d) Os embargos à execução devem ser processados normalmente, pois a falta de indicação do valor correto não impede a análise das demais alegações de nulidade contratual.

Questão 57.

Pedro, com ciúmes do novo emprego da sua esposa Joana, ingressa no escritório em que ela trabalhava portando um isqueiro e se aproxima do projeto de arquitetura feito de isopor elaborado por ela durante 6 meses exigindo que ela pedisse demissão se não quisesse ver a maquete pegar fogo. Joana nega o pedido e Pedro atea fogo na maquete. Inesperadamente, o fogo se alastra por todo o escritório. Para se salvar, Pedro empurra um funcionário que estava próximo a porta que desmaia e morre no local. Diante desses fatos, a defesa de Pedro deverá observar que:



Simulado Final OAB 44 1ª Fase – 10/08/2025

- a) poderá ser alegada causa excludente de ilicitude em razão da legítima defesa.
- b) poderá ser alegada causa excludente de ilicitude em razão do estado de necessidade defensivo.
- c) não poderá ser alegada qualquer causa excludente de ilicitude pois Pedro criou dolosamente a situação de perigo
- d) poderá ser alegada causa excludente de ilicitude em razão do exercício regular de um direito.

Questão 58.

Marcos, por 4 dias consecutivos, praticou 04 crimes de roubo contra vítimas diferentes na comarca de São Paulo, empregando sempre o mesmo modus operandi de exercer a grave ameaça com arma de fogo, contra vítimas mulheres, e mediante concurso de pessoas realizar os roubos. No último roubo, Marcos foi preso em flagrante. Após ser reconhecido por todas as vítimas, o Delegado de Polícia encaminha o relatório final ao juízo competente. Diante dessa situação fática, você como advogado(a) deverá esclarecer a Marcos que ele:

- a) responderá pelos 04 roubos em concurso material.
- b) responderá pelos 04 roubos em concurso formal impróprio.
- c) responderá pelos 04 roubos com a incidência do crime continuado simples.
- d) responderá pelos 04 roubos com a incidência do crime continuado específico

Questão 59.

Eduardo e Fabio decidem subtrair um veículo automotor que estava estacionado na rua. Durante a empreitada, Fabio joga uma pedra no vidro, que, em razão do barulho, desperta a atenção da vítima que estava próxima ao local. Ao ver a vítima correndo em direção ao carro, Fabio foge do local, mas Eduardo permanece e entra em luta corporal com a vítima até deferir-lhe um tiro com arma de fogo que portava sem conhecimento de seu comparsa, saindo do local sem o veículo. Em razão da vítima ter falecido, o Ministério Público ofereceu denúncia pelo crime de latrocínio consumado em desfavor de Fabio e Eduardo. Diante dessa situação fática, a defesa de Fabio poderá pleitear em seu favor:

- a) o reconhecimento da participação de menor importância como causa de diminuição de pena.
- b) o reconhecimento da cooperação dolosamente distinta para Fabio responder apenas pelo crime de furto.
- c) o reconhecimento da participação de menor importância para Fabio responder apenas pelo crime de furto.
- d) o reconhecimento da cooperação dolosamente distinta como causa de diminuição de pena.

Questão 60.

Claudia, colecionadora de bens luxuosos, guardava todas as joias em uma gaveta em seu guarda-roupa. Após descobrir que diversas joias de ouro tinham sido subtraídas, Claudia compareceu à Delegacia de Polícia e requereu a instauração de inquérito policial para investigar o crime de furto (reclusão de 01 a 04 anos, e multa). No relatório da autoridade policial, Sergio, que era casado com Claudia há mais de 05 anos sob o regime da comunhão parcial, foi apontado como autor do fato. Preocupado, Sergio consultou seu advogado para esclarecer as possíveis consequências penais. Diante dessas circunstâncias, o advogado deverá esclarecer:

- a) que Sergio praticou crime de furto no âmbito da violência doméstica contra a mulher, sendo inaplicável o benefício da suspensão condicional do processo.
- b) que Sergio praticou fato típico, ilícito e culpável, mas será isento de pena.
- c) que Sergio praticou o crime de furto, cuja ação penal é pública incondicionada em razão da aplicação da Lei Maria da Penha.
- d) que Sergio praticou o crime de furto, cuja ação penal será processada apenas mediante representação de Claudia, que poderá se retratar em audiência específica para tal fim antes do recebimento da denúncia.



Simulado Final OAB 44 1ª Fase – 10/08/2025

Questão 61.

No dia 25/02/2022 João foi denunciado pelo crime de furto simples porque teria subtraído para si, no dia 01/02/2022, data em que completava 19 anos de idade, um veículo automotor que estava estacionado no estacionamento do shopping. A denúncia foi recebida no dia 01/03/2022. Na sentença, publicada no dia 03/03/2024, foi reconhecida a reincidência e aplicada a pena em 02 anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto. João constitui novo advogado para interpor recurso de apelação, que ao analisar que, de acordo com o Art. 109 do CP, as penas de até 02 anos prescrevem em 04 anos, poderá alegar em seu favor:

- a) que a punibilidade de João deve ser declarada extinta pela prescrição retroativa, pois o prazo prescricional deve ser reduzido pela metade, sendo irrelevante, ademais, o reconhecimento de sua reincidência na sentença para alteração deste prazo.
- b) que apesar de não estar extinta a punibilidade pela prescrição, por ser João reincidente e o prazo prescricional nessa situação ser aumentada em um terço, o regime prisional semiaberto é indevido porque a pena é inferior a 04 anos.
- c) que a punibilidade deve ser declarada extinta pela prescrição, de forma retroativa, porque entre a data do oferecimento da denúncia até a publicação da sentença decorreu prazo superior a 02 anos.
- d) que a o prazo prescricional deve ser reduzido pela metade porque João era menor de 21 anos à época da sentença.

Questão 62.

Pamela, certo dia, pediu emprestado à Flavia uma quantia em espécie para que pudesse pagar uma dívida. Como eram amigas de longo período e por trabalharem em uma mesma empresa, Flavia emprestou o dinheiro com a condição de que fosse devolvido no dia 25 do mês seguinte. Na data combinada, Pamela deixou de efetuar o pagamento, permanecendo em dívida por mais de 2 mês, até que Flavia decidiu subtrair um celular que estava na bolsa de Pamela, avaliado no mesmo valor devido, acreditando estar amparada por uma causa de justificação, o que tornaria a sua conduta lícita. Diante

desses fatos, o advogado poderá alegar que Flavia incorreu em:

- a) erro de tipo permissivo que, sendo inevitável, excluirá a culpabilidade do agente.
- b) erro de proibição que, sendo inevitável, afastará o dolo e a culpa
- c) erro de proibição que, sendo inevitável, excluirá a culpabilidade do agente.
- d) erro de proibição que, sendo evitável, diminuirá a pena de um terço a dois terços.

Questão 63.

Tupãzinho foi flagrado pela polícia federal portando 0,30 gramas de maconha. Ao ser questionado a respeito da droga, o averiguado respondeu – é minha, para consumo pessoal. Levado até a delegacia, Tupãzinho valeu-se do seu direito de ser assistido por um advogado. Com a sua chegada, qual deve ser o argumento apresentado por você para conseguir a imediata liberação do seu novo cliente:

- a) O STF legalizou o porte de maconha para consumo próprio, tendo como consequência direta a extinção de todos os efeitos da condenação decorrentes da prévia condenação.
- b) O STF descriminalizou a maconha como substância entorpecente, tendo como consequência direta a extinção da punibilidade do agente.
- c) O STF descriminalizou o porte de maconha para consumo próprio, sendo a conduta do agente atípica.
- d) O STF legalizou o uso da maconha com base no princípio da autonomia, referência basilar da Bioética e do Biodireito.

Questão 64.

Dinei foi preso em flagrante por ter, pela quarta vez no mesmo ano, agredido fisicamente a sua noiva. Em audiência de custódia, o juiz das garantias converteu o flagrante em preventiva. Ao chegar no Centro de Detenção Provisória – CDP, Dinei ouviu você conversando com outro preso, seu cliente, e lhe fez a seguinte consulta: “Dr, quais são os direitos do preso provisório previstos na Lei de Execução Penal?”. Assinale a informação correta a ser apresentada para Dinei:



Simulado Final OAB 44 1ª Fase – 10/08/2025

- a) O preso provisório tem direito à assistência material, apenas se comprovada insuficiência de recursos, excluindo-se vestuário e alimentação.
- b) É vedado ao preso provisório o direito ao trabalho remunerado, ainda que voluntário, durante o período da prisão cautelar.
- c) O preso provisório tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou guarda.
- d) A assistência jurídica ao preso provisório é facultativa e depende de requerimento expresso do próprio preso.

Questão 65.

O professor Astromar, em aula sobre recursos no procedimento comum sumaríssimo, fez diversas afirmações corretas para os alunos da Faculdade de Direito Alfa. Aponte qual das afirmações abaixo não foi feita pelo professor por estar INCORRETA:

- a) Cabem embargos de declaração no prazo de 5 dias.
- b) Cabe apelação da decisão homologatória de transação penal.
- c) Cabe recurso especial da decisão colegiada de Turma Recursal.
- d) Cabe recurso extraordinário da decisão colegiada de Turma Recursal.

Questão 66.

Você foi contratado(a) para advogar em favor de Jussara, acusada de furto. Após negar a autoria na delegacia e refutar a proposta de ANPP, insistindo em negar ter sido a autora do furto, o Ministério Público oferece a denúncia e propõe a suspensão condicional do processo. A respeito desse benefício, assinale a alternativa correta:

- a) Trata-se de benefício penal apresentado para suspender a persecução penal durante determinado período de prova, desde que preenchidos os requisitos legais.
- b) Admite-se a apresentação da proposta após decisão de desclassificação, mesmo se for proferida na sentença.
- c) A suspensão do processo deverá ser revogada se o acusado vier a ser processado, no curso do prazo, por contravenção penal.

- d) Expirado o prazo sem revogação, o Juiz absolverá o réu, pois a inocência, nesse caso, é direito público subjetivo do acusado.

Questão 67.

Após a apresentação de versões distintas durante uma audiência de instrução criminal, a defesa do réu solicitou ao juiz a necessária acareação. A respeito desse importante instituto processual penal, aponte a alternativa correta:

- a) A acareação será admitida entre acusados.
- b) A acareação não é feita pelo sistema de reperguntas.
- c) Não há como realizar a acareação por carta precatória.
- d) A acareação é um meio de prova obrigatório nas audiências.

Questão 68.

Respeitados os parâmetros mínimos da modalidade privilegiada do tráfico de drogas, a ação cabível diante da fixação de regime inicial fechado ao acusado em sentença criminal, com a pena-base no mínimo legal, será

- a) agravo em execução.
- b) reclamação constitucional.
- c) recurso em sentido estrito.
- d) embargos infringentes

Questão 69.

Rosângela, com 63 anos de idade e 19 anos de contribuição sem interrupção na qualidade de segurada facultativa, consulta um advogado com intenção de requerer sua aposentadoria programada em uma agência do INSS. Segundo as orientações de seu advogado, corretamente apresentadas à cliente, o requerimento de Rosângela:

- a) deverá ser indeferido, pois Rosângela não completou 20 anos de contribuição.
- b) deverá ser deferido apenas se Rosângela tiver 180 meses de contribuição como segurada obrigatória.
- c) deverá ser indeferido, pois segurada facultativa não tem direito à aposentadoria programada.



Simulado Final OAB 44 1ª Fase – 10/08/2025

d) deverá ser deferido, pois Rosângela preenche os requisitos de idade, tempo de contribuição e carência.

Questão 70.

Rosenval, advogado tributarista, trabalha por conta própria e recolhe contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS há 5 anos, na qualidade de contribuinte individual. Nessa condição, caso cumpra a carência e os demais requisitos previstos em lei, Rosenval terá direito aos seguintes benefícios previdenciários, exceto:

- a) Aposentadoria por incapacidade permanente.
- b) Auxílio por incapacidade temporária.
- c) Aposentadoria especial.
- d) Salário-maternidade.

Questão 71.

Marina é enfermeira contratada por um hospital privado em São Paulo. Após vários meses de atrasos sucessivos no pagamento do salário e sem receber suas férias por quatro anos, decidiu aceitar uma proposta de trabalho em um hospital na Alemanha, onde passou a atuar exclusivamente em unidades locais. Marina ajuizou reclamação trabalhista contra o hospital brasileiro. No dia e hora marcados para a audiência, ela não pôde comparecer, pois estava a trabalho em um plantão na Alemanha.

Com base nessa situação e na legislação trabalhista brasileira, acerca da ruptura do contrato de trabalho, assinale a alternativa correta.

- a) O contrato de trabalho foi rescindido por justa causa da empregada, devido à ausência injustificada por motivo de viagem internacional.
- b) Houve rescisão indireta do contrato de trabalho, em razão do atraso reiterado no pagamento dos salários e da ausência prolongada do pagamento das férias.
- c) O contrato de trabalho foi rescindido por acordo entre as partes, em razão do novo vínculo firmado na Alemanha.
- d) O contrato de trabalho permanece válido, não havendo motivo para rescisão, e Marina deve ser reintegrada ao hospital brasileiro.

Questão 72.

Ana Martins é assistente administrativa em uma fábrica de móveis, recebendo três salários-mínimos mensais. Após ajuizar reclamação trabalhista requerendo adicional de insalubridade em grau mínimo, a perícia confirmou a exposição a agente nocivo no ambiente de trabalho. O juiz condenou a reclamada ao pagamento do adicional de 10% sobre o salário contratual da reclamante.

Em eventual recurso, aponte a medida jurídica que deve ser adotada em defesa da empresa para reduzir a condenação.

- a) O adicional de insalubridade deve ser calculado sobre o salário mínimo, e não sobre o salário contratual.
- b) O adicional deve incidir sobre o salário contratual integral, pois reflete a remuneração real da trabalhadora.
- c) O adicional deve ser substituído por indenização por danos morais decorrentes da insalubridade.
- d) O adicional deve ser pago em percentual menor, proporcional ao tempo efetivo de exposição ao agente nocivo.

Questão 73.

Almir trabalhou como atendente de loja na sociedade empresária Rei do Super Açaí Ltda., de 06/02/2019 a 03/11/2021, quando foi desligado sem receber qualquer indenização. Ao ajuizar reclamação trabalhista para pleitear as verbas rescisórias e horas extras, a empresa alegou que a extinção do contrato ocorreu por força maior decorrente da pandemia de Covid-19, requerendo o pagamento da indenização pela metade, fundamentando-se na redução do quadro de funcionários. Apresentou fichas de registro dos empregados, mas não juntou controle de ponto do reclamante.

Considerando os fatos, a legislação aplicável e o entendimento do TST, assinale a alternativa que indica o argumento correto para contestar a tese de força maior, em réplica, em defesa do reclamante:

- a) Defender que a ausência dos controles de ponto impede o reconhecimento das horas extras, o que descaracteriza a alegação da empresa sobre o desligamento.



Simulado Final OAB 44 1ª Fase – 10/08/2025

b) Alegar que a pandemia de Covid-19 não constitui hipótese de força maior, sendo uma situação ordinária e previsível.

c) Sustentar que a força maior não é cabível porque não houve extinção do estabelecimento ou da empresa.

d) Argumentar que a redução do quadro de funcionários demonstra crise econômica, que configura força maior, pois a empresa manteve o estabelecimento fechado.

Questão 74.

Rinaldo era auxiliar de limpeza em empresa terceirizada, responsável pela higienização de 5 banheiros em um aeroporto internacional, os quais deveriam ser limpos ao menos 4 vezes por turno devido à grande circulação de passageiros. Após sua dispensa, ajuizou reclamação trabalhista pleiteando adicional de insalubridade. A empresa reconheceu os fatos relativos ao número de banheiros e à frequência da limpeza, mas negou o direito ao adicional, alegando ausência de agente insalubre. Em audiência, as partes declararam não ter outras provas, encerrando-se a instrução, com prazo para apresentação de razões finais.

Com base na CLT e na jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho (TST), assinale a alternativa que aborda o argumento jurídico mais adequado a ser apresentado nas razões finais para fundamentar o pedido de adicional de insalubridade.

a) A atividade de limpeza de banheiros em locais de grande circulação não configura exposição a agente insalubre, pois a higienização pode ser realizada com equipamentos de proteção individual, eliminando o risco à saúde do trabalhador.

b) O adicional de insalubridade é devido apenas quando há exposição a agentes químicos ou físicos, o que não ocorre na limpeza de banheiros, conforme entendimento do TST.

c) A higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação enseja o pagamento de adicional de insalubridade.

d) O pagamento do adicional de insalubridade depende da comprovação pericial da exposição a agente insalubre, e neste caso, sem perícia, o adicional não pode ser deferido.

Questão 75.

Clóvis é motorista rodoviário da Viação Canela Ltda., atuando na área urbana do Recife. Admitido em outubro de 2021, não assinou qualquer documento na admissão, mas teve sua CTPS assinada regularmente. Após duas semanas de ambientação e exame toxicológico, iniciou suas atividades. Em um dia, por desatenção, avançou o sinal vermelho, gerando uma multa que foi integralmente descontada do seu salário no mês seguinte, correspondendo a 10% do valor.

Como advogado(a) de Clóvis, assinale a alternativa que aponta o argumento jurídico mais adequado para contestar o desconto realizado pela empresa.

a) O desconto da multa é legítimo, pois o empregado foi responsável pelo ato e causou prejuízo ao empregador, que pode descontar o valor do salário.

b) O desconto da multa é ilegal, pois o empregado não assinou nenhum documento autorizando o desconto, sendo obrigatório acordo prévio para tal desconto no salário.

c) O empregador pode descontar o valor da multa do salário do empregado mesmo sem acordo, desde que o valor não ultrapasse 30% do salário mensal, conforme a jurisprudência trabalhista.

d) O desconto da multa só é permitido se o empregado for comprovadamente reincidente em infrações de trânsito no exercício da função, independentemente de autorização prévia.

Questão 76.

Sílvio, piloto da aviação comercial, deixou de trabalhar para uma companhia aérea brasileira em razão de salários atrasados e ausência de concessão de férias durante cinco anos. Contratado por uma companhia aérea chinesa, que opera apenas voos locais, ajuizou reclamação trabalhista contra a ex-empregadora no Brasil. No entanto, no dia e hora designados para a audiência, não poderia estar presente, pois estaria em voo de longa duração na China, sem acesso à internet.

Considerando que a Vara do Trabalho utiliza o sistema de audiência fracionada, assinale a alternativa que indique qual providência o advogado de Sílvio deve adotar para evitar o arquivamento do processo ou o adiamento da audiência.



Simulado Final OAB 44 1ª Fase – 10/08/2025

a) Requerer a redesignação da audiência, justificando a ausência do autor por motivo de viagem internacional de lazer.

b) Solicitar que o preposto da empresa compareça à audiência em substituição ao reclamante, com poderes para firmar acordo.

c) Requerer a representação do autor por outro empregado de mesma profissão ou pelo sindicato de classe.

d) Indicar a presença de um advogado constituído com poderes para transigir, pois isso supre a ausência do autor em qualquer tipo de audiência, independentemente de justificativa.

Questão 77.

Manoel Souza, auxiliar de produção em uma indústria alimentícia, ajuizou reclamação trabalhista requerendo adicional de insalubridade. Na audiência, o juiz, constatando a impossibilidade de conciliação, determinou de ofício a realização de perícia e que a sociedade empresária antecipasse os honorários do perito, afirmando que não reconsideraria tal decisão.

Considerando o disposto na CLT e o entendimento consolidado do Tribunal Superior do Trabalho (TST), assinale a alternativa que indica a medida imediata que deve ser adotada pelo advogado da sociedade empresária para evitar a antecipação dos honorários periciais.

a) Interposição de agravo de instrumento para suspender a determinação judicial até o julgamento definitivo.

b) Apresentação de exceção de pré-executividade visando afastar a obrigação de antecipação dos honorários.

c) Impetração de mandado de segurança contra ato judicial que determina a antecipação dos honorários periciais.

d) Solicitação de redesignação da audiência para tentar acordo, evitando a necessidade de perícia.

Questão 78.

Henri Gomes adquiriu um imóvel da sociedade empresária X em 2000, onde reside com sua família. Em 2021, recebeu a visita de um oficial de justiça informando a penhora do imóvel, avaliado em R\$ 200.000,00, para pagamento de dívida trabalhista de R\$ 12.000,00. Henri jamais foi sócio ou proprietário da empresa e desconhecia o processo. A penhora foi determinada no curso de execução trabalhista contra uma empregada da sociedade empresária X, ativa de 2019 a 2020. O juiz deferiu a penhora do imóvel por este ter pertencido à sociedade empresária.

Considerando que Henri jamais integrou o quadro societário da executada, assinale a alternativa que indique a medida judicial que deve ser adotada para tentar levantar a penhora sobre o imóvel.

a) Interpor ação de usucapião para reconhecer a propriedade de Henri e afastar a penhora.

b) Propor um embargos de terceiro.

c) Apresentar exceção de pré-executividade para discutir a penhora sobre o imóvel.

d) Requerer ao juiz a substituição da penhora por outra garantia real oferecida pela sociedade empresária.

Questão 79.

Cremilda trabalhou por dois anos na sociedade empresária Entregas Rápidas Ltda. Em agosto de 2021, apresentou ao empregador um atestado médico falso para justificar três dias de ausência, e, posteriormente, um segundo atestado adulterado para justificar mais dois dias de falta. Diante das suspeitas, a empresa entrou em contato com o hospital público supostamente emissor dos documentos e confirmou que ambos eram falsos.

Em razão da conduta, Cremilda foi dispensada por justa causa. No entanto, não compareceu à empresa no prazo legal para receber o saldo salarial que lhe era devido.

Considerando os fatos narrados e a legislação aplicável, aponte qual a medida judicial adequada para que o empregador possa depositar os valores devidos e se eximir de responsabilidade.

a) Realizar desconto direto no salário da empregada dos valores correspondentes aos dias não trabalhados.



Simulado Final OAB 44 1ª Fase – 10/08/2025

- b) Entrar com ação de execução para cobrança dos valores não pagos pela empregada.
- c) Registrar boletim de ocorrência contra Cremilda para configurar crime de falsidade ideológica.
- d) Propor ação de consignação em pagamento, para depositar judicialmente o saldo devido.

Questão 80.

Celino ajuizou reclamação trabalhista contra seu ex-empregador. Após regular contestação e instrução, a sentença julgou improcedentes os pedidos, fixou as custas em R\$ 200,00 e indeferiu a gratuidade de justiça, pois Celino está empregado em outra empresa com alto salário.

Você, advogado(a) de Celino, interpôs recurso ordinário no prazo, mas, por erro no preenchimento da guia, recolheu apenas R\$ 20,00 de custas, em vez dos R\$ 200,00 fixados. A parte contrária requereu ao juiz de 1º grau a negativa de seguimento ao recurso por deserção, devido à insuficiência do preparo.

Considerando a legislação e o entendimento do TST, assinale qual requerimento deve ser apresentado para tentar viabilizar o recurso.

- a) Pedido de reconsideração ao juiz de primeiro grau para anular a sentença por erro no valor das custas.
- b) Pedido de complementação das custas no prazo de 5 (cinco) dias.
- c) Requerer a concessão de gratuidade de justiça, mesmo após indeferimento na sentença, para afastar a deserção.
- d) Apresentar embargos de declaração para corrigir o valor da guia de recolhimento das custas.



Simulado Final OAB 44 1ª Fase – 10/08/2025

Questionário de percepção sobre a prova

Este questionário é de preenchimento facultativo pelo examinando. Como se trata de mera pesquisa, não influi no resultado final do exame.

As questões têm como objetivo avaliar a qualidade e a adequação da prova que você acabou de realizar.

Assinale suas respostas nos espaços próprios (canto inferior direito) da sua folha de respostas.

A OAB e a FGV agradecem sua colaboração.

1

Na sua avaliação, o grau de dificuldade desta prova, quanto ao conteúdo programático abordado, foi

- A) muito fácil.
- B) fácil.
- C) médio.
- D) difícil.

2

Assinale a alternativa que indique a sua avaliação quanto à capacidade crítica e interpretativa desta prova em relação ao cenário e ao ordenamento jurídico contemporâneo.

- A) Plenamente satisfatória.
- B) Satisfatória.
- C) Pouco satisfatória.
- D) Insatisfatória.

3

Considerando a extensão da prova em relação ao tempo total, você considera que ela foi

- A) muito longa.
- B) longa.
- C) adequada.
- D) curta.

4

Os enunciados das questões da prova estavam claros e objetivos?

- A) Sim, todos.
- B) Sim, a maioria.
- C) Poucos.
- D) Não, nenhum.

5

As questões das diversas áreas do Direito (Civil, Penal, Trabalho, Administrativo, etc.) apresentavam o mesmo nível de dificuldade e compreensão?

- A) Sim, todas.
- B) Sim, a maioria.
- C) Não houve esse nivelamento.
- D) Não tenho como opinar.

6

As informações/instruções fornecidas para a resolução da prova foram suficientes e adequadas?

- A) Sim, até excessivas.
- B) Sim, todas elas.
- C) Sim, somente algumas.
- D) Não, nenhuma delas.

7

Assinale o tipo de dificuldade que você encontrou ao responder à prova. Indique a preponderante.

- A) Desconhecimento do conteúdo.
- B) Forma diferente de abordagem do conteúdo.
- C) Falta de motivação para fazer a prova.
- D) Não tive qualquer tipo de dificuldade para responder à prova.

8

Considerando sua preparação para esta prova, você conclui que

- A) não estudou a maioria dos conteúdos abordados.
- B) estudou a maioria dos conteúdos abordados, mas não os assimilou.
- C) estudou e assimilou muitos dos conteúdos abordados.
- D) estudou e assimilou todos os conteúdos abordados.

9

Qual foi o tempo gasto para concluir a prova?

- A) Menos de três horas.
- B) Entre três e quatro horas.
- C) Entre quatro e cinco horas.
- D) Não consegui terminar.

10

Você considera o layout (formatação e diagramação) desta prova

- A) muito bom.
 - B) bom.
 - C) regular.
 - D) ruim.
-

EXAME DE ORDEM UNIFICADO

Cidade/UF	Data da Prova	Turno	Sala
Escola / Período			
Seccional	Inscrição	Nascimento	
Nome	CPF	Identidade	

Tipo / Cor de Prova

TIPO 1 - BRANCA

ATENÇÃO: caso tenha recebido caderno de cor/tipo diferente do impresso nesta folha, o fiscal deve ser obrigatoriamente informado da situação para o devido registro na ata da sala. A ausência de registro deste fato acarretará na correção da prova conforme o tipo/cor constante no documento, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.

INSTRUÇÕES (Leia com atenção):

1. Confira os seus dados impressos nesta folha e assine no local indicado.
2. Preencha somente uma resposta por questão. Mais de uma marcação ou rasura anulará a resposta.
3. Utilize caneta esferográfica azul ou preta para preencher as suas respostas.
4. Faça marcas fortes conforme o modelo: ●
5. Não amasse, não dobre e não rasure, pois não haverá substituição desta folha de respostas.
6. Qualquer dúvida fale com o fiscal da sala.



Assinatura do examinado

Para uso exclusivo do fiscal de aplicação
EXAMINADO AUSENTE SIM

TODOS OS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PROIBIDOS DEVERÃO SER OBRIGATORIAMENTE LACRADOS NO ENVELOPE DE SEGURANÇA, QUE DEVERÁ PERMANECER EMBAIXO OU AO LADO DE SUA CARTEIRA/CADEIRA DURANTE TODA A PROVA.

RESPOSTAS DE 01 a 20	RESPOSTAS DE 21 a 40	RESPOSTAS DE 41 a 60	RESPOSTAS DE 61 a 80	PERCEPÇÃO SOBRE A PROVA
01 A B C D	21 A B C D	41 A B C D	61 A B C D	01 A B C D
02 A B C D	22 A B C D	42 A B C D	62 A B C D	02 A B C D
03 A B C D	23 A B C D	43 A B C D	63 A B C D	03 A B C D
04 A B C D	24 A B C D	44 A B C D	64 A B C D	04 A B C D
05 A B C D	25 A B C D	45 A B C D	65 A B C D	05 A B C D
06 A B C D	26 A B C D	46 A B C D	66 A B C D	06 A B C D
07 A B C D	27 A B C D	47 A B C D	67 A B C D	07 A B C D
08 A B C D	28 A B C D	48 A B C D	68 A B C D	08 A B C D
09 A B C D	29 A B C D	49 A B C D	69 A B C D	09 A B C D
10 A B C D	30 A B C D	50 A B C D	70 A B C D	10 A B C D
11 A B C D	31 A B C D	51 A B C D	71 A B C D	
12 A B C D	32 A B C D	52 A B C D	72 A B C D	
13 A B C D	33 A B C D	53 A B C D	73 A B C D	
14 A B C D	34 A B C D	54 A B C D	74 A B C D	
15 A B C D	35 A B C D	55 A B C D	75 A B C D	
16 A B C D	36 A B C D	56 A B C D	76 A B C D	
17 A B C D	37 A B C D	57 A B C D	77 A B C D	
18 A B C D	38 A B C D	58 A B C D	78 A B C D	
19 A B C D	39 A B C D	59 A B C D	79 A B C D	
20 A B C D	40 A B C D	60 A B C D	80 A B C D	